

A LEI DE LEVINAS PARA ALÉM DAS TENTAÇÕES IDOLÁTRICAS

RICARDO TIMM DE SOUZA

*Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil)*
timmsouz@puers.br

ABSTRACT

The text aims to investigate the thesis that E. Levinas' thinking as a whole constitutes essentially a vast anti-idolatric project, not only in terms of theology and culture, but also in a strict philosophical meaning. This would be the "law" of Levinas' thinking.

KEYWORDS

Ethics, idolatry, magics, thinking, alterity.

Para o amigo Fabio Ciaramelli

Como os objetos se tornaram frios sob a luz da razão, perderam a aparência de animados, o que os anima - sua qualidade social - torna-se independente, ao mesmo tempo natural e sobrenatural, uma coisa entre coisas.

T. ADORNO¹

Pensar exige clareza de ideias, enquanto magia se pratica sob o domínio do obscurantismo.

V. KLEMPERER²

I.

A tese que aqui pretendemos expor é de que a obra de Levinas, considerada em seu todo, se constitui em um vastíssimo e profundo *libelo anti-idolátrico*. Naturalmente, é de domínio geral o fato de que Levinas, por razões as mais diversas que transparecem de maneira mais ou menos explícitas ao longo de seus textos - de suas origens culturais aos momentos específicos da história ao quais atentou, por exemplo, desde "Algumas reflexões sobre a filosofia do hitlerismo" - deve ser sempre compreendido como um pensador que se posta na posição mais distante

¹ Minima moralia.

² LTI - A linguagem do Terceiro Reich, p. 173.

possível de qualquer tentação de índole idolátrica, em termos religiosos ou filosófico-culturais. Todavia, nossa tese possui a pretensão de tornar claros alguns pontos que permitem pensar que a *motivação primigênia* do pensador lituano-francês já se estatui como um projeto historicamente atribulado de estabelecimento de um modelo de *pensamento intrinsecamente anti-idolátrico*, e cuja raiz e nervo principal é, exatamente, a aproximação de categoria de Exterioridade – *Autrui*, alteridade – como interdição original à insinuação da tentação idolátrica no universo do pensamento; e isto através da denúncia da *magia* que obnubila os recantos do logos e nele, vezes demais, se insinua.

II.

Pois, de fato, se consideramos que habitamos um universo encantado pela indústria cultura a serviço de Mamon e de seus fantoches, não há como estabelecer um modelo de insurgência produtiva contra a lógica idolátrica onipresente se não for dedicada atenção muito cuidadosa à *sorcellerie*, à magia específica que habita a presente sociedade da pós-verdade necessariamente, sua dimensão *fabulosa* que intervém exatamente nos pontos nos quais a racionalidade se oculta de seu mister interpretativo e se converte, arditamente, em artifício de convencimento. Assim, há que se demarcar a sintática da geração das feitiçarias mentais que embriagam o intelecto e o convencem a seguir a trilha do absoluto de uma “imagem” que se apresenta na condição de não ser compreendida. Lembremos a definição de idolatria de V. Flusser: “Idolatria: incapacidade de decifrar os significados da ideia, não obstante a capacidade de lê-la, portanto, adoração da imagem”³. Tal incapacidade não se deve necessariamente à parvoíce, mas, muitas vezes, à *rede mágica* montada em torno a conceitos e enunciações exatamente para que não sejam compreendidos. Tal rede mágica, é importante ressaltar, constitui-se em elemento fundamental de *todas* as formas de idolatria. Dos modelos seculares de adoração de imagens à adoração de Mamon no tardo-capitalismo, algo não muda: *a fé na magia como tal*. Em outros termos, a fé na capacidade de saltar a instância crítica-avaliativa da coisa ou situação para assumir, imediatamente, a crença na identificação desta coisa ou situação com a *ideia de realidade* que o indivíduo, ou as multidões, validam como tal – em termos levinasianos, trofismos do Mesmo. E entramos aqui numa capciosa circularidade, pois, se a ideia, digamos “inconsciente”, de magia necessariamente habita todas as formas de idolatria, a idolatria configurada como tal é, sempre, uma profissão de fé *hipnótica* na magia. T. Adorno expressa bem tal complexo em um conhecido aforismo de *Minima moralia*:

³ Filosofia da caixa preta, p. 18.

A regressão ao pensamento mágico à época do capitalismo avançado assimila-o a formas típicas deste capitalismo. Os fenômenos periféricos, obscuramente associativos, do sistema, as pobres tentativas de olhar pelas fendas de suas muralhas, decerto nada revelam do que estaria fora dele, mas tanto mais revelam sobre as forças da decadência em seu interior. *Aquelas miniaturas de sábios que aterrorizam seus clientes diante de uma bola de cristal são modelos de brinquedo grandes, que detêm em suas mãos o destino da humanidade.* Tão hostil e conspiratória quanto os obscurantistas da *Psychic Research* é a própria sociedade. *O poder hipnótico exercido pelas coisas ocultas assemelha-se ao terror totalitário: nos processos atuais ambas as coisas se interpretam.* O risco dos áugures transformou-se, amplificado, na gargalhada sardônica da sociedade a respeito de si mesma: ela se deleita com a imediata exploração material das almas. O horóscopo corresponde às diretrizes dos *bureaux* às populações, e *a mística dos números prepara para as estatísticas administrativas e os preços impostos pelos cartéis.* A própria integração mostra-se no fim das contas como ideologia para a desintegração em grupos de poder que se exterminam reciprocamente. Quem cai aí dentro está perdido. (grifos nossos)⁴

“O poder hipnótico exercido pelas coisas ocultas assemelha-se ao terror totalitário: nos processos atuais ambas as coisas se interpretam”. Em outros termos, o poder hipnótico exercido pelo líder fascista, por exemplo, e o exercido pela lógica impessoal dos “mercados”, bem elaboradas por seus ideólogos, é o *mesmo*. A sustentação de estruturas mentais de crença que não sobreviveriam a nenhum tipo de análise minimamente séria de seus constitutivos *depende completamente* da magia funcionalizada procedimentalmente, exatamente com a intenção de que o âmago do existente esteja protegido da visão daquilo que se pode designar como “pensamento filosófico”, ou, se quisermos, do pensamento *desencantado* propriamente dito em geral.

Estamos agora em meio a uma tessitura extremamente complexa de categorias, que necessita ser analisada a fundo. Pois a questão principal, na idolatria, *não* é a magia que a habita, por mais evidente que o elemento mágico ou fabuloso tenha, na racionalidade idolátrica, uma posição central. Pode-se mesmo dizer que a magia e suas lógicas constituem, apenas, o *elemento visível* inescapável da idolatria. A razão disso é que, se aprofundarmos a análise da questão da magia, perceberemos facilmente que sua essência não é o convencimento de quem a observa, mas a maravilha que desperta. O mágico que retira coelhos da cartola não tem como finalidade última convencer a plateia de que está engendrando coelhos *ex nihilo*, que vêm ao mundo pela cartola, mas, antes, está oferecendo ao público a aparência palpável de uma ação que é *inexplicável* no campo da lógica corrente. Em outros termos, está questionando, com seus atos, a naturalidade da natureza conhecida e corrente e, com isso, obtém o efeito de maravilhamento de seu público. É este maravilhamento que seu público procura, e não a subversão ontológica de leis naturais.

⁴ADORNO, T. Minima moralia, p.

A questão, portanto, está posta por ela mesma: a questão principal pela qual a magia tem de ser analisada não é ela mesma, mas *os efeitos* que alguém procura obter ao realizá-la.

III.

É possível, sem muita hesitação, designar de *sacralização* o conjunto de tais efeitos em sua ocorrência à realidade. “Sagrado” é uma palavra que se opõe a dois termos simultaneamente. Em primeiro lugar, a “profano”, no sentido de Agamben; de fato, etimologicamente, “profanar” significa restituir ao uso comum aquilo que dele foi retirado:

Os juristas romanos sabiam perfeitamente o que significa “profanar”. Sagradas ou religiosas eram as coisas que de algum modo pertenciam aos deuses. Como tais, elas eram subtraídas ao livre uso e ao comércio dos homens, não podiam ser vendidas nem dadas como fiança, nem cedidas em usufruto ou gravadas de servidão. Sacrílego era todo ato que violasse ou transgredisse esta sua especial indisponibilidade, que as reservava exclusivamente aos deuses celestes (nesse caso eram denominadas propriamente “sagradas”) ou infernais (nesse caso eram simplesmente chamadas ‘religiosas’). E se consagrar (*sacrare*) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos homens. ‘Profano’ – podia escrever o grande jurista Trebácio – ‘em sentido próprio denomina-se àquilo que, de sagrado ou religioso que era, é devolvido ao uso e à propriedade dos homens’. ... (D. 11,7,2).⁵

Em segundo lugar, “sagrado” se opõe a “santo”, *sanctus* – separado. Agora, porém, não separado pela vontade de alguém ou por atos consagratórios, exercícios de poder simbólico ou real que isolam algo ou retiram algo do uso comum que anteriormente disponibilizava, mas separado por sua própria *essentia* em sentido spinozano do termo, por sua realidade, que não depende da chancela de ninguém para se dar, já que se constitui como *Outro* em relação aos poderes do Mesmo.

Em síntese: *sacralizar*, portanto, significa postular *como* Outro algo que pertence à esfera de influência do mesmo. Tal postulação, neste contexto, assume o sentido de magia; e *sacralizar*, neste sentido, é assim um *ato de magia*: tem como intenção fazer passar por *separado* o que, na verdade, não o é. Essa é a razão pela qual o ato que permite toda a idolatria, o ato mágico de sacralização de algo, precisa ser analisado e compreendido em seus verdadeiros constitutivos. Essa é condição de

⁵AGAMBEN, G., Profanações, p. 65. Ainda: “A profanação implica... uma neutralização daquilo que profana. Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso. Ambas as operações são políticas, mas a primeira tem a ver com o exercício do poder, o que é assegurado remetendo-o a um modelo sagrado; a segunda desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado” – AGAMBEN, G., Profanações, p. 68.

uma crítica radical das lógicas da idolatria, ou seja, de uma *crítica radical da racionalidade idolátrica*⁶.

IV.

Em seu ciclo de “Leituras talmúdicas”, E. Levinas dedica uma delas ao estudo da inter-relação entre magia e sagrado. Este estudo leva o nome de “Dessacralização e desencantamento”. Trata-se de um texto fundamental para que se compreenda a necessidade estrita de exposição dos verdadeiros mecanismos de magia, encantamento, sacralização e idolatria, bem como todos esses conceitos se entrelaçam, uma vez que constituem, no fundo, aspectos ou estágios de um mesmo fenômeno.

Levinas inicia, como é de se esperar, pelo rechaço peremptório ao sagrado e a todas as lógicas de legitimação do mesmo.

Sempre me perguntam se a santidade, quer dizer, a separação ou a pureza, a essência sem mistura que se pode chamar de Espírito e que anima o judaísmo – ou à qual o judaísmo aspira – pode permanecer num mundo que não seria dessacralizado. Perguntem-me – e aí está o verdadeiro problema – se o mundo está bastante dessacralizado para acolher uma tal pureza. *O sagrado, na verdade, é a penumbra em que floresce a feitiçaria que o judaísmo tem como um horror. O “outro lado”, o verso ou o reverso do real, o nada condensado em mistério, bolhas do nada nas coisas – “disfarces” nos objetos do cotidiano –, o sagrado reveste-se do prestígio dos prestígios.* A revelação recusa esses maus segredos. Recusa de que dão testemunho, especialmente, estas páginas 67a-68a do tratado do Sinédrio. Estes textos, por suas definições da feitiçaria – os textos sugerem muitas delas –, permitem talvez distinguir o santo do sagrado para além das semelhanças formais ou estruturais evocadas aqui nesta manhã, quando se tentava denunciar e deplorar a degenerescência do sagrado do mundo moderno. (grifo nosso)⁸

E isso porque “a feitiçaria, prima irmã – se não irmã do sagrado – parenta um pouco decaída mas que, na família, aproveita as relações de seu irmão, aceito no mundo mais considerado – é a *mestra da aparência*.”⁹. O mundo atual, como se constata muito facilmente, é um *mundo de aparências e ilusões*. Uma enorme quantidade de energia é gasta continuamente em publicidade e disseminação de informações que não têm outro objetivo que não vender produtos ou justificar sua compra, por exemplo. Inverdades que *parecem* verdades, estupidez que *parece*

⁶ Cf. SOUZA, R. T., *Crítica da razão idolátrica – tentação de Thanatos, necroética, sobrevivência*, Porto Alegre: ZOUK, 2020.

⁷ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas*.

⁸ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas*, p. 97-98.

⁹ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas*, p. 98.

inteligência, construtos artificiais que *parecem* expressões naturais das coisas, linguagens ressecadas que *parecem* linguagem vigorosa, desejos doentes que *parecem* expressões de saúde psíquica, Thanatos que *parece* Eros – a lista é infinda. E todas estas aparências são consequência do exercício de uma só lógica: a lógica sacralizadora por parte do poder do Mesmo que se exerce no mundo da vida, usurpando o lugar do Outro através de suas próprias projeções.

E, se assim é, uma sociedade humana e vital consistiria em uma sociedade verdadeiramente dessacralizada, onde a enganação e o embuste fossem compreendidos como tal e não como outra coisa completamente diferente deles.

A sociedade verdadeiramente dessacralizada seria então uma sociedade na qual cessaria esse embuste impuro da feitiçaria, difundido por toda parte, que antes faz viver do que aliena o sagrado. *A verdadeira dessacralização tentaria separar positivamente o verdadeiro da aparência essencialmente misturada com ele.*¹⁰

Mas tudo começa com a análise da feitiçaria e da magia, mães de todas as ilusões. É com exemplos concretos da tradição que Levinas aponta os caminhos que recebemos como herança e que podem significar a superação da tentação mágica:

Na Mishna, vou buscar a primeira frase, que não será desenvolvida na passagem traduzida, e que não se refere ao nosso problema. Começemos aqui: “O feiticeiro, caso exerça uma atividade, é passível de sanções...” (...) *É passível de sanções se o ato de feitiçaria entra no circuito de uma atividade que tenha uma finalidade de ultrapasse o simples jogo de ilusão.* (grifo nosso).¹¹

Nada há de errado com o jogo de ilusões – desde que ele permaneça o que realmente é, um *jogo de ilusões*, e nada mais. Nada há de maldade no mágico que se proclama mágico. A questão inicia quanto *o mágico se esconde por detrás de sua magia para iludir a audiência fingindo que a ilusão não é uma ilusão.*

“... mas de modo algum se fica apenas na ilusão”. O rabi Akiva, em nome do rabi Josué, disse: “Duas pessoas colhem pepinos, uma delas é passível de sanções, aquela que disso dá ilusão é absolvida.”¹²

Quem ilusoriamente colhe pepinos, e este ato a ninguém prejudica – por exemplo, o colhedor não tenta transformar os pepinos em mercadoria – esse é absolvido. Não há mal algum nisso. Quem, porém, faz da ilusão uma imitação da realidade, e vende *nada* como se fosse algo, esse é passível de sanções:

A Mishna – que só assumirá todo seu sentido através da amplificação do problema que a Guemara terá suscitado através das questões novas que vão desencadear suas

¹⁰ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas, p. 98.

¹¹ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas, p. 99.

¹² LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas, p. 99.

próprias questões e através dos sentidos não explícitos que vão aparecer no sentido por ela enunciado – *distingue entre a feitiçaria que tenta provocar ilusões e aquela que tenta tirar proveito*. No exemplo citado, trata-se de um feitiçeiro não muito exigente; não comercia com um produto muito caro, é um pobre feitiçeiro que produz pepinos em um campo. Ficar na ilusão não chega a ser coisa grave, mas se o feitiçeiro colhe os pepinos, se a ilusão chega a se integrar a um processo econômico – e a vida econômica moderna é, afinal, o lugar privilegiado da colheita de pepinos ilusórios e de gordos proveitos que se tiram de uma tal safra –, *a feitiçaria torna-se um ato criminoso*. É passível de sanções. (grifos nossos).¹³

A feitiçaria, por si mesma, não é um ato criminoso. Apenas se torna um ato criminoso que se a usa para lesar a credulidade alheia, oferecendo-lhe um peso de realidade que ela não possui e não pode possuir.

(...) O rabi Akiva responde: “Estabeleço meu argumento para um israelita de israelitas, para quem a escritura prevê diversas formas de morte; quanto a ti, estabeleces argumento para um israelita de idólatras, para quem a Escritura não previu senão uma única forma de morte”. (...) O rabi Akiva reconhecia aqui que o sentido de seu argumento consiste, precisamente, em não compreender a feitiçaria como uma perversão pagã. É uma perversão do próprio povo santo. A feitiçaria não vem de más influências, ela é o descomedimento do próprio saber, para além daquilo que se pode apoiar no verdadeiro, *a ilusão que resulta do verdadeiro insuportável e que tenta do próprio fundo o verdadeiro*; perversão judia, quer dizer, perversão de todos aqueles que podem se elevar ao verdadeiro, de todos aqueles que se reúnem ao pé do Sinai. (grifo nosso).¹⁴

V.

Nota importante: feitiçaria como perversão – pois leva indiretamente, de algum modo, à idolatria – não é apanágio dos espertalhões e imorais, mas tentação constante àqueles que poderiam não praticar e, todavia, estão sempre prestes a sucumbir a seus encantos. Entenda-se por “povo santo”, aqui, o conjunto daqueles que *sabem* sobre a magia, seus graus e perigos e suas consequências. a questão nunca se coloca no sentido de fazer equivaler “povo santo” ou “povo escolhido” a “povo em estado de beatitude, infenso a pecados e males”. Pelo contrário: *é exatamente porque o saber traz responsabilidade que o ato de utilizar este saber para explorar ou degradar o Outro, seja de que forma for, é hediondo*. “Povo santo” significa “povo responsável”, ou não significa nada. Responsabilidade pela justiça, que significa a procura constante de descerramento dos véus que envolvem as dimensões da realidade, na medida em que estas se dão. *É pelo intelecto responsável que a ética é realizada e a justiça promovida*; veja-se o famoso dito de

¹³ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicadas*, p. 99-100.

¹⁴ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicadas*, p. 105.

Adorno: “só existe uma expressão para a verdade: o pensamento que nega a injustiça”. O demais vive ao alcance da tentação da magia. E, se é verdade que não existem mágicos ingênuos, também não existem idólatras ingênuos, pois o que engendram e no que investem suas energias são sempre, de algum modo, frutos da magia. *O idólatra é um mágico sem pudor.*

Mas, desde logo, problema filosófico: como é possível uma tal degradação? Como a santidade pode se confundir com o sagrado e virar feitiçaria? Como o sagrado pode se transformar em encantamento, em poder sobre os homens? (...) O rabi João disse: “Por que a feitiçaria é chamada *kechafim*? Porque ela contesta a Assembléia do Alto.” (...) De fato, se vocês escreverem em hebraico a fórmula: “Eles contestam a Assembléia do Alto”, *Makhichim famalia chel maala*, aí encontrarão as letras “k”, “ch”, “f”, “m”, formando a palavra *kechafim* (não tratamos de vogais!), que significa feitiçaria. Processo, claro, que nenhuma etimologia séria justificaria, mas enuncia-se uma ideia interessante: o sentido da feitiçaria seria uma contestação da ordem mais alta. Contestação do Absoluto. O diabólico, o luciferiano *não*. *O mágico diz não à ordem mais alta*. Mas como é possível? De onde viria esse não, no sim do Absoluto? Nada está fora dele para se opor a ele. Louca ideia essa de um sagrado que se degrada! Isso nunca foi o Absoluto, é seu simulacro! Como a suprema presença seria afastada de si própria? Espinosa nos ensina exatamente o caminho do pensamento que leva a Deus, mas nunca conseguiu demonstrar como Deus afasta de si próprio para dar lugar a um conhecimento do primeiro gênero que substitui sua ideia. *A menos que a feitiçaria (...) tenha algum modo de existência inédito, entre o ser e o nada, na loucura das cabeças humanas. Ela não é nada para a pessoa ou a civilização que tinham atingido o sagrado verdadeiro - a santidade - a serviço do Mais Alto. Não as ameaça. Não as tenta.*¹⁵

“Ordem mais alta” significa, se quisermos, princípio de realidade freudiano. A sofisticação talmúdica traz à visibilidade, ainda uma vez, a complexidade no trato da realidade que a realidade impõe. O Mais Alto em nada intervém; permanece como uma espécie de sombra da consciência, um “Outro internalizado” que regula as ações, ou seja, que faz corresponder o *desejo ao ato e o ato ao desejo*, na atitude *separada*, o “ateísmo original” levinasiano, que caracteriza o início da verdadeira trajetória vital-subjetiva em auto-constituição pelo Outro, ou seja, quem chegou a tal nível de *consciência voluntária*. A esse, a feitiçaria “não ameaça, nem tenta”. Não há risco de idolatria na “santidade”, ou seja, na separação, pois o narcisismo do Mesmo é interdito pela Alteridade da verdade - da realidade. Um Sujeito em processo de constituição não pode dirigir simplesmente seus tentáculos em direção ao que simplesmente lhe apraz, pois tal seria a negação de seu próprio trajeto temporal-consciente até então, e significaria sua falência e a de todos os seus esforços; ninguém dá um soco em uma rocha impunemente.

¹⁵ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo - cinco novas interpretações talmúdicas*, p. 107-108.

VI.

A questão é que talvez “a feitiçaria tenha algum modo de existência inédito, entre o ser e o nada, na loucura das cabeças humanas”. Essa observação é precisa. A magia, que ocupa o mesmo lugar da idolatria – na medida em que é um pressuposto da segunda – como que cria para si um espaço de validade “entre o ser e o nada”. *Ela apenas é quando se esfumaça no nada, mas este nada reassume, constantemente, uma aparência de ser: ideias-imagens.* O mundo contemporâneo é sabidamente uma usina imparável de fabricação de ideias-imagens, mais conhecidas como *aparências*. “Aparência” não é senão, e apenas, o que aparece; sua *essentia* não corresponde a alguma realidade, a não ser à paradoxal aparência dela mesma... Todavia, ainda mais paradoxal é que as aparências, sob o signo de Thanatos, dirigem o mundo contemporâneo; o vital é degradado em *aparência falhada*. Isto torna possível que a máxima coagulação de sangue vertido, por exemplo, numa guerra, corresponda de algum *modo mágico* à assepsia completa de um mundo virtual-plastificado – o que preside, por exemplo, a *dronificação* do mundo¹⁶.

E o ressalto, mais uma vez, está em demarcar definitivamente a diferença entre técnica e feitiçaria.

Se vocês conhecem os mistérios da criação, podem, como o Maharal de Praga, *fabricar um objeto de aparência sobrenatural*. Há autorização para isso. Esse texto audacioso nos ensina, entretanto, *o ridículo que haveria em impor limites às possibilidades humanas. Abaixo as superstições reacionárias e os pavores diante do progresso técnico!* Desde que não abuse da ilusão, pode-se tudo ousar, até a fabricação da carne sintética. Isso não é feitiçaria. Carne sintética, sim, mas carne para Shabat. Não se trata de um detalhe. São permitidos sonhos mais audaciosos ainda, desde que o Shabat permaneça: *a soberania do homem capaz de furtar-se a contragosto à ordem, às necessidades e à engrenagem das coisas*. A comparação entre as leis que regem a feitiçaria e as leis que regem a transgressão do Shabat não são, portanto, puramente estruturais. A lei do Shabat marca o limite entre a técnica e a feitiçaria. A feitiçaria, num certo sentido, é a *profanação do Shabat*. (grifos nossos)¹⁷

¹⁶ CHAMAYOU, G. Teoria do drone.

¹⁷ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas, p. 113. O comentário se refere à produção do que Levinas refere aqui como “carne sintética”: “(...) há o ato desde o início autorizado, como aquele do rabi Haniná e do rabi Uchia, que, todas as vésperas de Shabat, estudavam a doutrina da criação, criavam um novilho à terça parte de sua maturidade e o consumiam.” (LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas, p. 113). Segue Levinas: “Sou sempre tocado a perceber, através das discussões jurídicas ou das comparações puramente formais da Guemara, louvores significativos e que provavelmente são o essencial. Que a feitiçaria possa ser comparada à transgressão do Shabat – por oposição àquelas que chamaram delicadamente de sabá os encontros das feiteceiras – é coisa muito notável. Que o Shabat seja, afinal de contas, para o homem, mas que só possa ser para o homem e de seus abusos – e da feitiçaria da interiorização, como podemos chamar agora a magia do murmúrio – é mais notável

Técnica é exercida por quem é capaz de escapar à tentação “da ordem, das necessidades e das coisas”; feitiçaria, em seu pior sentido, é a subversão da capacidade judicativa que permite diferir entre a autonomia ética e a “heteronomia” tentadora das coisas à disposição para manuseios impróprios, *incluindo a criação de ídolos*.

VII.

Levinas cita excertos nos quais aparecem exemplos nos quais a confusão entre magia e realidade é candente, muitas vezes com consequências tragicômicas:

Pequenos casos.

Entramos agora por um caminho aparentemente anedótico: casinhos de feitiçaria contados por velhos sábios que se distraem. A conversação habitual dos sábios, *Sichath houlin chel Talmidei hahamim*, tem, entretanto, um sentido.

Contou o rav Achi: “Uma vez vi Abu de Karna assoar-se e saírem bolas de seda de suas narinas.”

Trata-se provavelmente daqueles que manipulam universos por simples jogos de escrita; compram e vendem num canto de escritório vagões de trigo e navios de petróleo e deslumbram frágeis olhos.

Um outro caso e o mesmo problema: há algum tipo de criação na feitiçaria? Não, não há criação na feitiçaria; os feiticeiros – não li no texto que se segue, faço uma paráfrase aproximada – não são capazes de criar nem o ser mais insignificante, nem o maior ser, só podem criar seres já existentes, deslocam as coisas. Operam “truques” para reuni-los quando estão dispersos, para fazer com que apareçam fazendo-os vir de algum lugar. Confusão, rebuliço, mas nada de novo.

Eis:

Rav contava ao rabi Hia: “Um dia vi um árabe cortar um camelo com sua espada. De repente, tocou tambor diante dele, e o camelo ressuscitou.” O rabi Hia replicou: “Você encontrou (depois dessa operação) sangue e esterco? Tratava-se apenas de uma ilusão.”

Claro, os feiticeiros não têm poder sobre o vivente. Conheço, nesse caso, uma literatura completa de conflitos e de problemas patéticos, em situações paradoxais em que não há uma lágrima, nem uma só gota de sangue quente, nem um tostão de verdadeira humanidade. Ah, se restasse somente um pouco de esterco quente depois de todos esses dramas e essas crises! Mas é apenas desperdício de papel...

Outra história:

“Zeéri chegou um dia a Alexandria do Egito e comprou um jumento.” (...) Quando quis dar de beber ao jumento, o encanto se rompeu e ele se viu sentado sobre o tronco de uma pinguela.

O burrinho era apenas um tronco. Quando ele quis dar água ao jumento, o encanto se rompeu; consta que a água reduz de fato o poder da feitiçaria, a água desencanta. Principalmente a água fria. Então, os outros lhe disseram: “Se tu não fosse Zeéri, não te daríamos dinheiro, porque aqui ninguém compra sem provar com água o que está comprando.”

O mundo moderno.

Nenhuma coisa é tão idêntica a si própria. A feitiçaria é isso, o mundo moderno, nada é idêntico a ele. Ninguém é idêntico a ele, nada se diz, porque nenhuma palavra tem sentido próprio, toda palavra é um sopro mágico; ninguém escuta o que você diz; todo mundo supõe, por trás de suas palavras não ditas, um condicionamento, uma ideologia.

Novo caso com sentido semelhante:

“Um dia Ianai foi a um albergue e pediu água para beber. Quando uma mulher estendeu-lhe a chetítá, ele percebeu que seus lábios se mexiam. Derramou um pouco de água no chão: eram escorpiões. Então, ele lhe disse: “Bebi da sua, beba da minha.” Quando ela bebeu, transformou-se em jumento. Ele montou no jumento e saiu assim pela rua. Lá, uma amiga da mulher rompeu o encantamento e viu-se Ianai montado em uma mulher”.

Último exemplo: a famosa rã chegada ao Egito como segunda praga. O texto do Êxodo diz *tsfardea*, no singular. Cria-se então um problema: não havia uma rã enorme cobrindo o Egito? Isso teria sido horrível, parecendo mais *O cadáver de Amadeu ou como se livrar dele*, de Ionescu. A feitiçaria seria então a invasão da vida pelos resíduos da vida, o afogamento da cultura sob os arquivos da cultura, a permanência triunfante de toda a interrupção e de todo o começo. O sagrado na própria impossibilidade da dessacralização! A menos que o substantivo no singular indique uma monstruosa proliferação de uma rã única: proliferação do mal, ou simplesmente da moda. A menos - e esta eventualidade também é evocada pelos comentadores - que tenha sido suficiente uma única rã para atrair ao Egito todas as rãs do mundo. Uma rã, ou o mal... Não sei se os proletários de todos os países se unem, mas os criminosos de todos os países, apesar de todas as suas dissensões, apresentam uma frente única. O crime tem sempre uma dimensão internacional. Há apenas uma rã. Ela coaxou, e logo o Egito se encheu de rãs.¹⁸

¹⁸ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo - cinco novas interpretações talmúdicas*, p. 114-117.

VIII.

Todas essas “loucuras” ocorridas “entre o ser e o nada” tem em comum o mérito de evidenciar como o universo mágico é, na verdade, uma atmosfera onipresente. Por vezes, tão presente que “aqui ninguém compra sem provar com água o que está comprando”, como em Alexandria do Egito – ou, certamente, em alguma metrópole moderna, embora a água não seja mais, hoje em dia, um índice de sanção de realidade.

E a única forma de resistência a este universo de tentações mágicas – ou seja, à regressividade ou permanência do espírito a(em) um nível de algum modo *pré-consciente* de sua vocação à realidade, essa doença fátua e sólida simultaneamente, que faz com que o investimento energético individual se dirija a uma quimera qualquer concebida por alguém com a intenção de enganar, como ocorre sempre que se constitui a arquitetura de uma configuração idolátrica – é um *despertar do saber enevoado pelo onirismo da promessa vazia de felicidade*.

Resta a última pergunta, que surge diante do espírito de vocês e que a Guemara faz: o rabi Eliezer praticava a feitiçaria? (...) Mas como podia ele (O rabi Eliezer) agir assim? Não aprendemos nós: aquele que exerce o ato é passível de sanções? É diferente quando se trata de aprender. O mestre realmente disse: “O texto (Dt 18, 9) ensina: ‘Não aprendas a fazer abominações.’ Não deves aprender a fazê-las; mas deves aprender a fazer tudo para compreender e para ensinar.”¹⁹

A saúde intelectual – a distinção entre Thanatos e Eros e, tanto quanto possível, o desejo erótico em contrapartida à tentação tanática – depende da *temporalidade* que permite à consciência apoderar-se de si mesma. E é fundamental a desposseção narcisista do saber que se sabe, pois ocorre sempre o risco de transformação do saber novamente em magia, ou, como classicamente descrito por Adorno e Horkheimer, em “mito”²⁰. Hoje em dia, conhecer as lógicas da magia é uma necessidade anterior ao conhecimento das coisas, de tal modo as coisas estão envoltas por *magia*. Isso explica o nível inédito de ecossistema idolátrico que o mundo alcançou globalmente na atualidade, por exemplo, na *adoração idolátrica da mercadoria* na condição promulgada de que *tudo*, de algum modo, é mercadoria.

Esse último ponto é essencial: tudo aquilo que aprendemos no mundo das ilusões e da feitiçaria sobre essa decadência do sagrado na qual se tem o falso sagrado (ou melhor, o sagrado simplesmente), precisa ser conhecido. No saber dessas abominações reside a única relação que o judaísmo consente com esse sagrado e sua dessacralização. A santidade que o judaísmo busca não deve nada nem ao mundo

¹⁹ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicadas*, p. 129.

²⁰ ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M., *Dialética do esclarecimento*.

sagrado nem ao mundo dessacralizado no qual sempre degenera o sagrado, alimentando-se de sua própria degenerescência; a santidade que Israel busca nada tem a ver com o reino do deus mortal cuja morte o judaísmo nunca ignorou, para ele consumada há milênios. A santidade que ele quer vem-lhe do Deus vivo.²¹

IX.

O que aqui, por razões óbvias, está sendo sublinhado por Levinas em relação ao mundo judeu, pode e deve ser compreendido como uma necessidade universal; o que aqui, no contexto de uma “Leitura talmúdica”, se dirige aos crentes do “Deus vivo”, tem igual validade para qualquer um que prefira a vida à morte, Eros a Thanatos. A santidade não é uma categoria teológica ou religiosa, mas eminentemente *ética*; é a capacidade de não ceder, em nenhuma hipótese, à tentação de relegar o ato a exercer a algo diferente de uma *consciência* capaz de antever ao máximo de consequências que deste ato advêm ou podem advir. Em suma, encontramos aqui o *coração* da filosofia, a *megalopsykhía* aristotélica, dos mais antigos autores aos nossos contemporâneos – e a figura da “maioridade” de Kant ocupa um lugar central neste arco. Levinas se prova, nesta Leitura talmúdica, tão ou mais filósofo do que em qualquer outra de suas obras.

E o que, em outras épocas, poderia ser considerado um esforço intelectual para iniciados – compreender as raízes da idolatria que hoje domina o mundo em infinitas modalidades e de infinitas formas – é hoje, pura e simplesmente, uma *condição de sobrevivência*.

Eis, portanto, o que chamamos no presente contexto de Lei de Levinas: combater de todas as formas a *racionalidade idolátrica* – sempre expressões da violência do Mesmo – em todas as suas manifestações e em todos os momentos. Nada impede que a chamemos, igualmente, de Lei da Filosofia.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W., *Minima moralia*, São Paulo: Ática, 1993.
 ADORNO, T.; HORKHEIMER, M., *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
 AGAMBEN, G., *Profanações*, São Paulo: Boitempo, 2007.
 CHAMAYOU, G. *Teoria do drone*, São Paulo: Cosac Naify, 2015.
 FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

²¹ LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo – cinco novas interpretações talmúdicas*, p. 128-129.

KLEMPERER, V., *LTI - A linguagem do Terceiro Reich*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LEVINAS, E., “Dessacralização e desencantamento”, in: LEVINAS, E., *Do sagrado ao santo - cinco novas interpretações talmúdicas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SOUZA, R. T., *Crítica da razão idolátrica - tentação de Thanatos, necroética, sobrevivência*, Porto Alegre: Zouk, 2020.